



Educação inclusiva no Brasil: as altas habilidades e superdotação neste contexto

Vera Lucia Jarenko da Cruz

Professora aposentada da Prefeitura Municipal de Curitiba. Graduada em Pedagogia, especialista em Organização do Trabalho Pedagógico.

Annemaria Kottel

Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia, em Educação Especial e Inclusiva e em Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional.

RESUMO

O presente artigo apresenta um breve histórico acerca da Educação Especial e Inclusiva no Brasil, com base em documentos oficiais legais. Explana sobre o seu público-alvo e ressalta o atendimento ao estudante com **altas habilidades/superdotação**. Apresenta alguns pesquisadores que estudam sobre a inteligência humana e relata as etapas da evolução dessas pesquisas voltadas ao atendimento especializado a estudantes com altas habilidades. Destaca os estudiosos Gardner, Sternberg e Renzulli que contribuíram para a expansão do conceito de inteligência ao reconhecer outras habilidades, além das habilidades linguística e lógico-matemática. Discorre sobre os três métodos a serem aplicados na educação escolar dos estudantes com altas habilidades/superdotação e algumas características que ajudam a identificá-los, a fim de oferecer-lhes atendimento especializado necessário para que avancem na aprendizagem escolar e para mantê-los no ensino regular com motivação e interesse.

Palavras Chave: Educação Especial e Inclusiva, Atendimento, Altas habilidades, Identificação, Encaminhamento pedagógico.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade existiram pessoas que se destacaram por suas criações, habilidades ou potencialidade em deter conhecimentos mesmo sem ter lido ou estudado o assunto. Segundo Alencar (2001), Platão, filósofo grego, da Antiguidade Clássica, já defendia a ideia de que indivíduos com inteligência superior “deveriam ser selecionadas nos seus primeiros anos de infância, e suas habilidades cultivadas em benefício do Estado, treinadas para a liderança, denominando-as “crianças de ouro”.

As crianças que se destacam na família e entre amigos por possuírem conhecimentos e/ou habilidades em áreas específicas, também estão presentes nas escolas nos dias hoje. São aquelas crianças com inteligência superior à que corresponderia a sua idade. São denominados alunos com altas habilidades/superdotação. Estes precisam de um olhar atento dos professores, equipe pedagógica e também dos pais para que tal potencialidade seja reconhecida e aprofundada, através de propostas pedagógicas que estimulem o interesse e oportunizem o uso da criatividade.

Conforme Sabatella, 2005, objetiva-se tornar “a superdotação mais visível no contexto educacional e familiar...”. Atualmente, os órgãos educacionais possuem uma legislação oficial do MEC - nacionais, estaduais, municipais - que subsidiam o trabalho pedagógico dos professores orientando quanto a encaminhamentos pedagógicos adequados para cumprir com os objetivos a serem atingidos pelo estudante no contexto escolar. Para uma compreensão do assunto tratado neste artigo, faz-se necessário perpassar por algumas etapas vivenciadas historicamente para situarmos a Educação Inclusiva do Brasil e a evolução do conceito de inteligência acima da média perpassando pelos pesquisadores que contribuíram para a evolução das pesquisas sobre a inteligência humana. Objetiva conhecer quem é o estudante com altas habilidades/superdotação, ter subsídios para saber o que diferencia um estudante com altas habilidades/superdotação de outro com padrão intelectual na média. Outro fator é saber identificar tais habilidades e por fim como contribuir para a aprendizagem deste

estudante objetivando sua participação nas atividades escolares com motivação e interesse, apesar de em alguns casos já deter os conhecimentos ensinados na escola no ano ou série que está inserido.

POLÍTICAS PÚBLICAS: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O atendimento educacional especializado teve início neste país na época do Brasil Império, com foco nas pessoas com deficiência. Ao final do século XIX foram criadas duas instituições especializadas na área da Educação Especial: o Imperial Instituto de Meninos Cegos, em 1854, atual Benjamin Constant-IBC, e Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação de Surdo (Ines), ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX foi criado o Instituto Pestalozzi, 1926, especializado no atendimento de deficiência mental; e a Associação dos Amigos dos Excepcionais (Apae), em 1954.

Em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação, na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff, a qual se dedicou ao grupo de estudantes que apresentavam habilidades acima do comum. Segundo ela: “Há, entretanto, quase que inteiramente descurado dos educadores, um grupo de crianças com grande possibilidade de tomar as rédeas da vida social de amanhã e imprimir-lhe a direção que seria realmente melhor” (Helena Antipoff, 1946). Assim iniciou-se no Brasil o atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação, assunto a ser ressaltado neste artigo.

Percebe-se que nos dias de hoje ainda existe uma resistência no interior das escolas para os professores reconhecerem as potencialidades destes estudantes e para oportunizar a eles o atendimento educacional especializado (Sabatella, 2008, p.66/67). A Lei 5.692/71 definiu “tratamento especial” para alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular da matrícula e os superdotados”. Em 1973, foi criado pelo MEC o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que impulsionou ações voltadas às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação.

A Constituição de 1988 elenca entre seus objetivos fundamentais promover o bem de todos. O artigo nº 206, inciso I, estabelece “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e o artigo nº 208 “garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, artigo 55 “reforça tais objetivos legais supracitados, determinando que os pais ou responsáveis têm obrigação de matricular seus filhos ou pu-

pilos na rede regular de ensino”. E, os documentos: Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar as políticas que regem a educação inclusiva. A Declaração de Salamanca, 1994:

Estabelece como princípio que as escolas de ensino regular devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiência, das que vivem nas ruas ou que trabalham; das em desvantagem social e das que apresentam diferenças linguísticas, étnicas ou culturais. O conceito de necessidades educacionais especiais “ressalta a interação de características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social, chamando a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças”. (Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.)

Em 1994, foi publicada a Política Nacional da Educação Especial, orientando o processo de “Integração Institucional” condicionando o acesso às classes comuns do ensino regular aqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”, mas não orienta quanto aos pressupostos para atender estes alunos. Em consequência esta não provoca a reformulação das práticas a fim de valorizar os diferentes potenciais de aprendizagem mantendo a responsabilidade da educação desses alunos no âmbito da educação especial.

A Política Nacional da Educação Especial brasileira, na perspectiva da educação inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”, e orienta que seja garantido o acesso ao ensino regular; transversalidade na modalidade de edu-

cação especial, desde a educação infantil até a educação superior. Além de formação dos professores, participação da família e da comunidade, facilidade de acessibilidade incluindo mobiliários, transporte, comunicação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96, reza que

Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, assegurar a terminalidade específica àqueles que não atingiram nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. Também, define dentre as normas para a organização da educação básica, a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante a verificação do aprendizado. (artigo 24, inciso V). (Portaria 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007).

Neste processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, CNE/CEB nº 2/2001, determinam: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).





Na educação inclusiva, o público-alvo é composto pelos alunos com deficiência, aqueles que têm impedimento em longo prazo (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial); com transtornos globais do desenvolvimento, com alterações sociais recíprocas e na comunicação; incluindo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Incluem-se neste grupo os transtornos funcionais específicos: dislexia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros; com altas habilidades/superdotação os quais demonstram potencial elevado em qualquer uma das áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresenta elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. O documento ressalta a importância dos ambientes heterogêneos para que seja garantida a aprendizagem de todos os alunos e leva em consideração que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto em que estão inseridos.

Em 2005, foram implantados Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal. São criados centros de referência para o atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação, oferecendo orientações às famílias

e formação continuada aos professores. Segundo Sabatella (2008), esse projeto representa um avanço na educação do aluno superdotado no Brasil. Especialistas elaboraram um conjunto com quatro volumes didático-pedagógico (Encorajando potenciais, Orientações à professores, Atividades de estimulação de alunos e O aluno e a família), que abordam construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação. Este material é uma referência tanto como legislação a seguir quanto como orientador para o trabalho com o estudante.

Nas Diretrizes da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades.

As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) diferenciam-se das realizadas na sala de aula e não substituem a sala de aula comum. Este atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes visando a autonomia e a independência na escola e fora dela. O atendimento educacional especializado para os estudantes com altas habilidades e superdotação disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, entre outros. É organizado em todas as etapas e modalidades da educação básica para apoiar o desenvolvimento dos alunos e é ofertado em turno inverso ao da classe comum.

SURGIMENTO DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E ALGUNS PESQUISADORES QUE SE DESTACARAM

Segundo Sabatella (2008, p. 47), na China, século V, surgiu a primeira referência aos testes de inteligência. Na França, século XX, ocorreu a sistematização e aplicação dos testes cientificamente influenciados pelas pesquisas de Charles Darwim, com o livro *A origem das espécies*. Francis Galton, primo de Darwim, cientista britânico e um dos pioneiros da avaliação psicológica moderna, iniciou investigação

sobre a inteligência e as diferenças de habilidade mental entre as pessoas.

Alfred Binet, pedagogo e filósofo francês, elaborou o primeiro teste de inteligência, na França, a pedido do governo que queria identificar crianças com atraso mental nas escolas de Paris. Nesta época, Binet e seu amigo Theodore Simon criaram a Escala de Binet-Simon e Binet chegou ao conceito de idade mental.

Em 1912, Wilhem Stern, psicólogo alemão, desenvolveu um cálculo matemático para avaliar o nível mental da pessoa, teste de quociente de inteligência (QI). Ele propôs que o determinante do QI se dê pelo resultado da divisão entre a idade mental e a idade cronológica. O teste de Binet, aplicado individualmente, foi levado para os Estados Unidos, onde estudiosos da Universidade de Stanford fizeram reformulações e estabeleceram novos padrões de habilidade média para cada idade, conhecido por Escala de Inteligência Stanford-Binet. O teste evoluiu para modelos escritos. Em 1920, os testes de inteligência começaram a ser aplicados com objetivos educacionais nos Estados Unidos e na Europa.

Thurstone, psicólogo da Universidade de Chicago, 1930, apesar de aceitar os resultados do teste de QI, declarou que considerava o seu resultado falho porque avaliava aspectos acadêmicos e não detectava o sucesso dos avaliados em aspectos menos acadêmicos ou verbais. Em suas pesquisas, Thurstone separou a inteligência em sete segmentos: compreensão verbal, fluência do vocabulário, facilidade numérica, visualização espacial, memória associativa, rapidez de percepção e raciocínio, chamadas por ele de habilidades mentais primárias.

Outro nome de grande destaque na evolução histórica de estudos sobre a inteligência foi o suíço Jean Piaget. Ele trabalhou no laboratório de pesquisa sobre inteligência de Simon, no programa Binet-Simon. Em sua pesquisa, Piaget substituiu a concepção de medir a inteligência pela concepção do intelecto. Tendo como uma de suas teses que as estruturas cognitivas e perceptivas são construídas sobre a mesma base: ação do sujeito. E, esta é que vai gerar os princípios de estruturas cognitivas básicas. Disse que “a inteligência é, por definição, a adaptação às situações novas e é então uma construção contínua de estruturas”. (Sabatella, 2008, p. 51/52).

J.P. Guilford, psicólogo renomado internacionalmente, ampliou a ideia de Thurstone. Segundo seus estudos, a inteligência pode ser avaliada por habilidades mentais básicas ou por fatores de inteligência. Tanto a avaliação de Guilford quanto a do teste de QI medem a inteligência como elemento qualificável. Em 1979, ele lançou o livro *Muito além do QI*, no qual sugere caminhos para melhorar a inteligência e a criatividade, e rompeu com a ideia que predominava na época de que era impossível melhorar a inteligência.

Na década de 1980 ocorre a expansão do conceito de inteligência. Howard Garden, 1983, da

Universidade de Harvard e Robert Sternberg, 1984, da Universidade de Yale. Eles apresentaram um novo conceito de inteligência e em consequência um novo conceito de superdotação. Os estudos apresentados por eles levam ao reconhecimento da habilidade nas diversas áreas. Os estudos de Gardner deram origem ao livro *Estrutura da Mente*. Howard Gardner e outros cientistas reúnem-se para pluralizar a noção de inteligência e para demonstrar que a inteligência humana não pode ser medida apenas por respostas curtas, contidas em testes, devido a sua amplitude.

Em 1982, Gardner sustenta no mundo científico que, além da **inteligência linguística**, sensibilidade para língua falada e escrita; capacidade de usar a linguagem para atingir certos objetivos, expressar e avaliar conceitos, escrever e interpretar textos; e **lógico-matemática** associada ao pensamento científico ou raciocínio indutivo, existem outras seis formas de inteligência. São elas: **inteligência espacial**, capacidade de percepção visomotora. Dominante nos desenhistas, nos artistas, nos cenógrafos, nos artistas plásticos, nos cirurgiões, e outros. **Inteligência corporal cinestésica**, que se expressa na utilização do corpo para aprender, resolver problemas, planejar, fabricar produtos, expressar emoções. O aprender fazendo. Predominante nos atletas, dançarinos, cirurgiões, artesãos, mecânicos e outros. **Inteligência musical**, que responde aos sons, aprecia elementos musicais, reconhece ritmos, memorização de melodias. Presente nos compositores, maestros, instrumentistas, cantores, publicitários, ouvintes sensíveis. **Inteligência interpessoal**, capacidade de perceber e entender intenções, mudanças, interesses e desejos do próximo, proporciona habilidade para trabalhar em equipe. Desenvolvida em vendedores, políticos, líderes religiosos, terapeutas, professores. **Inteligência intrapessoal**, capacidade de percepção de si e dos outros, incluindo desejos, modelo individual de trabalho eficiente, de direcionar sua vida, de entender e guiar o outro. Presente em teólogos, filósofos, psicanalistas, pesquisadores estudiosos dos padrões cognitivos. **Inteligência naturalista**, capacidade de reconhecer e ordenar classes e sistemas, entender os recursos naturais do universo. Dominante em pesquisadores, arqueólogos, defensores da ecologia, biólogos, ambientalistas, naturalistas.

Gardner conceitua a inteligência como “um potencial biopsicossocial para processar informações que pode ser ativado num cenário cultural, para solucionar problemas ou criar produtos que sejam valorizados numa cultura” (apud Sabatella, 2008, p.58). Devido ao destaque de seus estudos, Gardner vem sendo considerado um dos maiores estudiosos da psicologia.

Robert Sternberg, psicólogo e professor da Universidade de Yale, define a inteligência como “uma atividade mental ou processo que pode ser aprendido e enfatiza a dimensão em que seus aspectos funcionam” (Sabatella, 2008, p.58). Criou a Teoria Triárquica, uma das primeiras a adotar uma abordagem mais cogniti-

va. Segundo esta teoria, a inteligência pode ser de três maneiras: **inteligência analítica**, capacidade para analisar, comparar e avaliar ideias, resolver problemas, tomar decisões, são alunos brilhantes, reforçada pela escola ao estimular a memorização e reprodução dos conhecimentos; **inteligência criativa**, capacidade de desenvolver ideias originais, imaginativo, demonstra criatividade na forma de escrever, falar ou de demonstrar aptidões e competências, e **inteligência prática**, capacidade para transformar teoria em prática, capaz de perceber o que precisa em determinado lugar para realizar um objetivo, com as experiências da vida.

Segundo Sternberg, para entender a inteligência é necessário considerar o desenvolvimento em três aspectos: o mundo interno do indivíduo, o mundo externo do indivíduo e a interação entre estes dois campos de experiência individual. Sternberg é conhecido na área da psicologia por suas pesquisas sobre a inteligência humana, a criatividade, os estilos de pensamento e o amor. Suas “teorias educacionais orientam para buscar o melhor em todos os estudantes, satisfazendo suas diferentes formas de inteligência e estilos de pensamentos e evoluíram por reflexão em seus próprios problemas” (apud Sabatella, 2008, P.61/62).

E, para concluir este item citamos o professor Joseph Renzulli, da Universidade de Connecticut (EUA), um dos maiores pesquisadores da área das altas habilidades e superdotação e pela criação de programas para identificação e atendimento a alunos com altas habilidades e superdotação, em muitos países, inclusive no Brasil. Experiente, com mais de cem livros e artigos escritos, mais de vinte anos com estudos e pesquisas na área. Renzulli e Smith, 1980, a partir de análise de amostragem feita com indivíduos criativos e produtivos constataram três aspectos que se destacaram nos indivíduos: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade. A estes deram o nome de Modelo dos Três Anéis, sendo que nenhum dos anéis é mais importante que o outro, nem todos precisam estar presentes ao mesmo tempo ou na mesma quantidade para que se manifestem os comportamentos de superdotação; pelo menos um desses traços deve estar pre-

sente, em um nível mais acentuado para que a pessoa seja considerada com altas habilidades/superdotação.

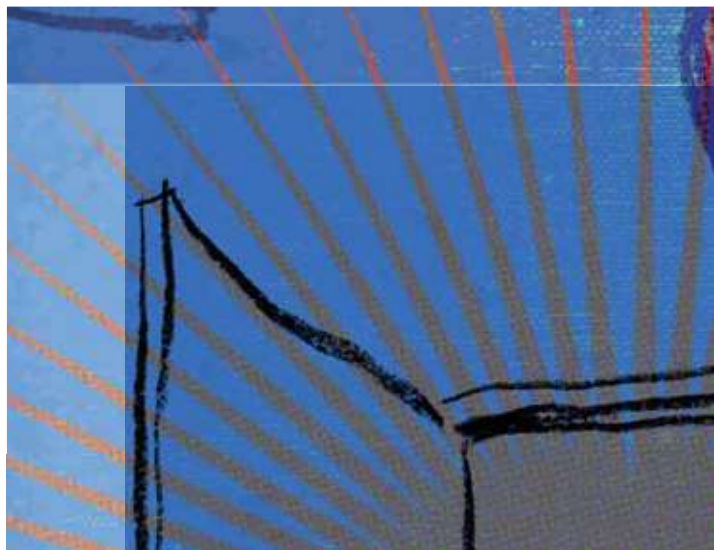
Segundo estudos realizados, entre os referenciais teóricos, no Brasil destacamos Érika Landau, psicóloga Israelense, Eunice M. L. Soriano de Alencar, Maria Lucia Prado Sabatella (Langbecker, 2016)

ATENDIMENTO AO ESTUDANTE COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

O atendimento ao estudante com altas habilidades/ superdotação está fundamentado na legislação para a educação especial e inclusiva. Esta legislação é que orienta quanto aos encaminhamentos do trabalho pedagógico a serem efetivados a estes estudantes. Entre estes documentos citamos as Diretrizes Curriculares Nacionais, as Estaduais e as Municipais; um conjunto com quatro volumes didático-pedagógico (Encorajando potenciais, Orientações à professores, Atividades de estimulação de alunos e O aluno e a família) a orientar os trabalhos efetivados nas NAAHS. Orienta-se que no ensino comum sejam propostas, em paralelo aos conteúdos escolares, atividades que despertem o interesse e a motivação dos estudantes. O professor poderá buscar orientações técnicas pedagógicas de profissionais especializados para definir métodos e processos didáticos especiais.

O estudante com altas habilidades tem o direito de saber a sua condição e também tem o direito de receber atendimento escolar que oportunize a aplicação de sua potencialidade. (Sabatella, 2008)

A intervenção do professor oportunizando ao estudante o aprimoramento de suas potencialidades no contexto escolar e interagindo com os colegas é que contribuirá para que as aptidões inatas sejam aplicadas na vida em sociedade. Segundo Vygotsky (1998, p.10) “as condições sociais e econômicas favoráveis otimizam as aptidões inatas e que enquanto a herança cria a possibilidade da genialidade, somente o meio social torna real essa possibilidade e cria o gênio” (apud Roldan).



Os alunos superdotados precisam receber um atendimento diferenciado para que desenvolvam suas habilidades e sintam-se motivados no espaço escolar. É um mito pensar que este aluno não precisa da orientação do professor nas práticas pedagógicas. Além do acompanhamento pedagógico para a aquisição do conhecimento e efetivação do currículo comum, é necessário que professores promovam atividades complementares onde os estudantes vivenciem desafios e apliquem suas potencialidades (Sabatella, 2008). Diante da proposta de oportunizar atividades complementares aos estudantes, muitos educadores encontram dificuldades para iniciar um trabalho enriquecedor do conteúdo escolar por não saberem por onde começar. A orientação dos especialistas em altas habilidades/superdotação é que se comece por onde é possível.

O QUE DIFERENCIA UM ALUNO COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Pesquisas comprovam que o diferencial no superdotado não é a estrutura do cérebro e, sim, o funcionamento deste que é diferente, pois realiza sinapses mais elabo-

radas, com maior velocidade de processamento mental e mais potencializadas. Apresenta maior número de conexões neurais, estas são mais integradas, ocorrem mais rapidamente e são mais complexas, o que contribui para a qualidade e velocidade da transmissão de uma célula para a outra. Os neurônios possuem mais receptores de estímulos. Biologicamente tornam-se diferentes em consequência do uso e do desenvolvimento de toda essa estrutura (Sabatella, 2008, p.27).

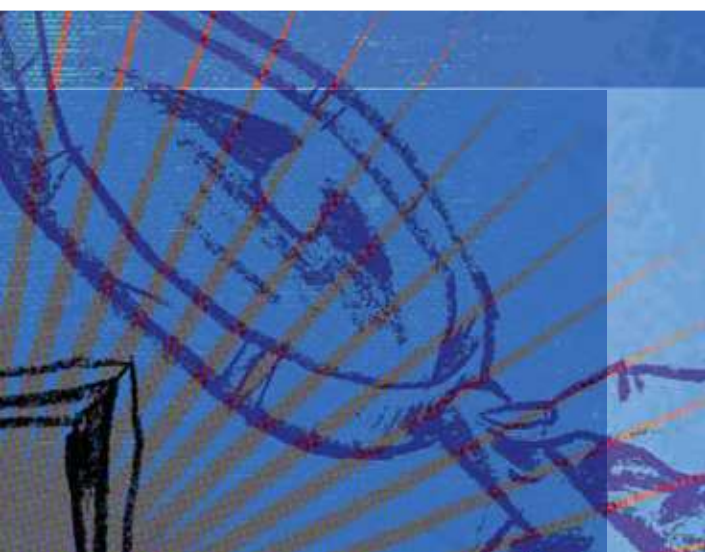
MÉTODOS APLICADOS NO ENCAMINHAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO PARA ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES

Para atender o estudante com altas habilidades/superdotação, Sabatella, 2008 p.178, cita “nos programas destinados aos superdotados, três metodologias principais são normalmente utilizadas: aceleração, enriquecimento e grupos de habilidade (segregação)”.

Aceleração dos estudos deve ser efetivada quando o estudante com altas habilidades/superdotação apresenta potencialidades de aprendizagem acima da média para aquele ano. A aceleração permite que o estudante cumpra o programa escolar em menor tempo e oportuniza o acesso aos conhecimentos do ano seguinte, pois ele já domina as etapas anteriores. Permite que o aluno conclua seus estudos em tempo inferior ao previsto (Sabatella, 2008, p. 179). Pesquisas comprovam que “a aceleração não causa qualquer prejuízo aos alunos superdotados como um todo. Quando existem efeitos, estes são na maior parte das vezes positivos” (Robinson, 2004). Segundo Sabatella, 2008 “a aceleração é um processo avançado, (...) cujo objetivo é a adequação social e curricular do aluno”. E, a LDB prevê a aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar dos superdotados (Sabatella, 2008, p.180).

Enriquecimento curricular é a metodologia em que se propõem atividades relacionadas aos interesses dos estudantes, que promovam o aprimoramento de pensamentos e oportunidade de ampliação de conhecimentos. Ele pode ser inserido dentro de um determinado contexto de aprendizagem e com projetos independentes (oficinas, concurso, atividades extracurriculares). É uma estratégia que contribui para a flexibilização do currículo e pode ser aplicada em sala de aula comum ou em serviços de atendimento especializado. O objetivo desta metodologia é proporcionar suplementação, aprofundamento e ampliação dos conteúdos escolares, conforme a área de habilidade do aluno.

Há duas formas de efetivar o enriquecimento curricular: enriquecimento intracurricular, onde se utiliza de estratégias que podem ser desenvolvidas no ambiente escolar por



meio de projetos, monitorias, grupos de estudos, oficinas, e o enriquecimento extracurricular como o objetivo de ampliar experiências de aprendizagem e elevar o nível de complexidade dos estudos, em ambientes diferentes da escola. São atividades que possibilitam identificar as áreas de maior habilidade e interesse dos alunos (Parecer 17/2001-CNE).

Grupos de habilidades é a utilização de práticas educacionais em grupos, dentro da própria sala de aula regular, agrupando os estudantes por nível intelectual ou em classes especiais. Clark (apud Sabatella, 2008, p.186) sugere que, para separar os grupos em sala de aula regular, o professor precisa conhecer as diferenças individuais e heterogeneidade do grupo, oportunizar a convivência escolar com os diferentes, selecionar professores qualificados, atualizados quanto a pesquisas e formas de avaliação. É necessária a comunicação entre professores e o planejamento das atividades priorizando outras áreas além da intelectual.

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A sala de recursos multifuncionais é um espaço físico composto por mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e de equipamentos específicos. Nesta forma de organização de ensino o estudante aprende por meio de programas com atividades específicas. Os professores que lecionam nas classes multifuncionais são especialistas na área. Nestes ambientes, o estudante tem a oportunidade de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e realiza trabalhos diferenciados. O estudante é atendido individualmente, em pequenos grupos, no grande grupo, por área de interesse conforme suas potencialidades, habilidades e registram os dados e resultados dos projetos. O atendimento é realizado em turno inverso ao da escolarização, não substituindo as classes comuns (Parecer 17/2001 – CNE).

COMO IDENTIFICAR O ALUNO COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Sabatella (2008) apresenta características típicas que podem ajudar na identificação de um estudante superdotado. Dentre elas vamos citar algumas: é curioso, persiste na satisfação dos seus interesses, é crítico de si mesmo e dos outros, não aceita afirmações, respostas ou avaliações superficiais. Ele tem facilidade em propor muitas ideias para um estímulo específico, também é sensível à injustiça seja em nível pessoal ou social, vê relações entre ideias aparentemente diversas. É criativo, tem grande imaginação e fantasias, é independente

e autossuficiente, “demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas: intelectual, acadêmica, liderança, artes. Também apresentam criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas de seu interesse” (A Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008).

O estudante com altas habilidades/superdotação tem memória privilegiada. Facilidade para lembrar-se de fatos ocorridos há muito tempo. Facilidade para reproduzir histórias, com riqueza de detalhes. Habilidade para orientar-se em relação a endereços. Memoriza letras de músicas. Lembra de promessas feitas pelas pessoas próximas. Tem memória curta para coisas imediatas. Alto nível de pensamento devido à velocidade em processar informações. Possuem vocabulário bem estruturado, apropriado e elaborado. Aplicam as novas palavras ao contexto com concordância verbal e nominal. Tem senso de humor de adulto, maduro e mais sofisticado. Interpretam piadas facilmente. Gostam de jogos de palavras e de rimas. Ficam frustrados se os colegas não compreendem suas brincadeiras. Preferem dialogar com adultos. São criativos e sensíveis. Preocupam-se com facilidade. São atentos a todo tipo de problemas. Afetam-se emocional e fisicamente por medo, ansiedade e inquietação.

Na maioria das vezes não são caprichosos nem organizados com seus pertences, inclusive com a mochila escolar. Apesar de não serem organizados percebem na hora se algum dos seus pertences for retirado do lugar. Podem vestir a roupa sem observar que não está do lado certo. Quanto às tarefas escolares, em muitos casos, demonstram descuido.

Nas relações humanas são francos chegando a ser inadequados. Fazem comentários verdadeiros quando não é esperado. Os pais orientam, mas ele age de forma natural.

Em sala de aula os estudantes superdotados podem apresentar maior facilidade para a linguagem e para a socialização. Tem capacidade de conceituação expressiva ou desempenho escolar superior. Também podem demonstrar desinteresse pelos conteúdos escolares, rejeição à escola por já saberem os conteúdos escolares. Estes estudantes podem se destacar em uma ou mais áreas:

Os estudantes com altas habilidades/superdotação estão presentes nas famílias e nas escolas e precisam do olhar minucioso daqueles que educam, pois não trazem uma marca de identificação. Não podemos permitir que se percam estes talentos que podem contribuir em prol da humanidade. Caso o estudante apresente algumas das características citadas ele pode ser um superdotado.

METODOLOGIA

A partir da pesquisa bibliográfica com base em textos apresentados na disciplina altas habilidades/superdotação, ministrada pela professora Fernanda

Belini Langbecker, da leitura de livros dos estudiosos da área destacando-se Maria Lucia Prado Sabatella, realizou-se a pesquisa.

Foram efetivados registros de citações e reflexões que justificam os objetivos do artigo seguidos de análise de documentos oficiais que trazem as leis referentes ao assunto altas habilidades/superdotação.

O texto está embasado em autores que esclarecem sobre a necessidade de ampliar a visão do significado da educação inclusiva, os estudos e as ações realizadas até o momento, a identificação das características do estudante com altas habilidades/superdotação e os encaminhamentos no processo de ensino e de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira na modalidade Educação Especial e Inclusiva tem um acervo muito rico em orientações para identificar o público-alvo da escola a ser atendido. As políticas educacionais brasileiras apresentam um referencial teórico extenso orientando sobre os procedimentos para atender aos estudantes. Os textos apresentados esclarecem as especificidades destes estudantes.

Refletindo acerca dos estudantes com altas habilidades/superdotação concluo que o Atendimento Educacional Especializado a estes ainda é insatisfatório, pois raramente a equipe escolar aceita a especificidade do estudante e muitas vezes ignora o seu potencial. Cabe aos segmentos da educação no país: governo e secretarias federal, estadual e municipal promoverem formação continuada a fim de capacitar os professores para atender esta demanda e dispor de profissionais para a efetivação de tais atendimentos. Cabe aos professores e a família reconhecer a potencialidade do es-

tudante e oportunizar o acesso aos seus direitos. Eles devem ser vistos e devem ter oportunidades por meio dos atendimentos diferenciados para desenvolver e aplicar suas potencialidades. Cabe ao Estado cumprir o seu dever de atender a todos com qualidade.



Referências bibliográficas:

BRASIL Ministério da Educação. **LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN 9394/96.

BRASIL. MINISTÉRIO da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/superdotação**. Orientação a Professores. volume 1. Organização: Denise de Souza Fleith, Brasília, DF, 2007.

A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/superdotação. Orientação a Professores. volume 1 Organização: Denise de Souza Fleith, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial – NAAHS – Núcleo de Atividades de Altas Habilidades – **Documento Orientador** – Brasília, 2006. Documento de trabalho elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. Janeiro/2008. **PARECER Nº 17/2001 – CNE**.

PAULO ROSS, **Atendimento Educacional Especializado – AEE – Sala de Recursos Multifuncionais**. [s.l.] [s.n]

BRASIL. Conselho nacional de Educação Câmara Xe Educação Básica. **Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, CNE**.

SABATELLA – Maria Lucia do P. **TALENTO E SUPERDOTAÇÃO PROBLEMA OU SOLUÇÃO?** 2ª edição. Editora IBPEX. Curitiba. 2008. www.conbrasd.com.br
www.inodap.org.br – Instituto para Otimização da Aprendizagem

www.books.google.com.br ROLDAN, Rosilma Menezes **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: a inclusão social e os direitos humanos fundamentais do superdotado(SD) e talentoso(HA)**.